

MINISTERIO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO  
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA EM SAÚDE –ESCOLA GHC  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E  
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

ÉLVIO DE FREITAS PEREIRA

**BIBLIOTECA ACESSÍVEL: A INFORMAÇÃO, O CONHECIMENTO E A  
CULTURA COMO DIREITO DE TODAS AS PESSOAS**

Porto Alegre

2013

ÉLVIO DE FREITAS PEREIRA

**BIBLIOTECA ACESSÍVEL: A INFORMAÇÃO, O CONHECIMENTO E A  
CULTURA COMO DIREITO DE TODAS AS PESSOAS**

Relatório apresentado como requisito parcial de conclusão do Curso de Técnico de Registros e Informação em Saúde do Centro de Educação Tecnológica e de Pesquisa em Saúde – Escola GHC, para a obtenção de título Técnico.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Izabel Alves Merlo

Porto Alegre  
2013

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>2 UM DIREITO HUMANO INSPIRADOR: O DE IR E VIR ENTRE OS LIVROS.....</b>	<b>08</b>
<b>3 DE UMA BIBLIOTECA A UMA BIBLIOTECA ACESSÍVEL .....</b>	<b>11</b>
<b>4 PARA QUEM ESTA BIBLIOTECA ACESSÍVEL? .....</b>	<b>14</b>
<b>5 AS BIBLIOTECAS E AS PESSOAS. ....</b>	<b>15</b>
<b>6 REFLEXÕES IMPRESCINDÍVEIS.....</b>	<b>16</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha esposa, que informou-me sobre o curso, que incentivou-me sempre e mandou-me estudar por inúmeras vezes. Aos filhos pelo apoio. Agradeço a todos os professores que apostaram em mim e acreditaram em minhas possibilidades para concluir o curso, embora com alguns contratempos. Contratempos, que são coisas da vida e do cotidiano de todos. E que só os tenho vencido pela persistência que existe em mim e pela força de todos os que fazem parte, de alguma maneira, de minha vida. Aos meus professores, agradecimentos distintos. Agradeço à minha orientadora pelas orientações qualificadas e preocupação permanente com uma conclusão também qualificada deste trabalho.

## **RESUMO**

Este trabalho, cujo tema é "Biblioteca Acessível: a informação, o conhecimento e a cultura como direito de todas as pessoas", tem o objetivo de problematizar a questão da inacessibilidade da Biblioteca do Hospital Nossa Senhora da Conceição para os portadores de necessidades especiais e de movimentos reduzidos. Nas visitas que fiz à Biblioteca, pude analisar com muito calma todos os procedimentos nela efetivados de forma responsável e muito eficazes, desejando apresentar as potências que a Biblioteca possui tanto do seu acervo bibliográfico, de sua equipe qualificada, quanto da sua utilização e atendimentos aos usuários, como se dá cada atendimento mostrando o quanto de valor possui na troca de experiências e o quanto de possibilidade existe para construir-se numa luta que defenda e construa a sua acessibilidade universal. O trabalho é de cunho propositivo, desejando apresentar algumas possibilidades bem concretas e viáveis sobre acessibilidade e já para dar início a esta nova realidade: criar acesso para todas as pessoas, como direito humano.

Palavra chave: Biblioteca, Acessibilidade, portadores de necessidades especiais, usuários.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é pré-requisito para a conclusão do curso Técnico de Registros e Informações em Saúde, oferecido e ministrado pelo Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde – Escola GHC. Teve, em seu currículo, o desenvolvimento do estágio supervisionado, o qual foi realizado no Setor de Biblioteca do Hospital Nossa senhora da Conceição - uma unidade do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), situado na Av. Francisco Trein, 596, no Bairro Cristo Redentor, Zona Norte de Porto Alegre.

O desejo de desenvolver reflexões sobre o tema "Biblioteca Acessível" surgiu das várias observações que fiz ao frequentarmos e visitarmos a Biblioteca como vivências que tivemos na turma anterior, onde iniciei este curso.

Nestas visitas, chamava-me atenção a estrutura física da Biblioteca, a qual não permite que portadores de necessidades especiais física ou mesmo pacientes com mobilidade reduzida, tenham acesso a ela, setor tão fundamental, pois é um Centro de Documentação, de Informação, de Conhecimento e Cultura que deve estar acessível a todas as pessoas. Passei a observar melhor os espaços da Biblioteca e refletia o quanto sua estrutura inviabiliza o acesso a ela. Também como estudante do curso de Arquivologia da UFRGS, estas questões do mundo da documentação, dos registros, da memória, dos conhecimentos e informações culturais me mobilizam. Neste curso Técnico de Registros e Informações em Saúde também fiz entrelaçamentos com a graduação que curso, e penso que parte do interesse de estudar mais atentamente esta temática deu-se por conta disso: de estar envolvido, diariamente, em estudos de valorização das memórias, das culturas, das documentações, dos acervos. Assim, justifico meu interesse neste tema.

Também desejo trazer a questão de estarmos vivendo em um momento cultural mundial em que as políticas públicas relacionadas à acessibilidade estão se reorganizando rapidamente, não só para cumprir a legislação já existente mas para que os portadores de quaisquer necessidades especiais sejam incluídos no mundo, nos espaços do mundo em que vivem, nos espaços sociais, nas comunidades, no próprio mundo da vida.

Um espaço como este, que se propõe a ser um Centro de Documentação desde a sua fundação, e que, mais tarde, expande-se como uma Biblioteca enquanto lugar de pesquisa, estudos, buscas, conferências e levantamentos de dados, precisa estar disponível para todos as pessoas. Sua funcionalidade depende de um fluxo de visitas, da frequência das pessoas, das pesquisas a serem

buscadas. São estes movimentos que estabelecem a utilidade deste espaço e, até mesmo, a sua própria legitimidade, pois é a partir da frequência do uso, das visitas, da sua exploração cultural que ela se faz uma Biblioteca e um Centro de Documentação. Sem pessoas, sem buscas, sem pesquisas, um espaço assim existe limitadamente e não cumpre sua função social e sua função existencial. Nele existe um capital cultural a ser compartilhado. Quando um espaço como este, que se propõe a existir porque se entende que ali existe um capital cultural a ser compartilhado, não disponibiliza o próprio acesso aos que se propõe a servir, é preciso que, com muita urgência, se repense a sua estrutura, levantando novas possibilidades que lhes devolva ao seu próprio sentido de existir.

Segundo Mantoan (2003) Além de respeitar a diversidade das habilidades humanas, desenvolver técnicas colaborativas e promover o acesso a informação, se faz necessário criar possibilidades reais de condições igualitárias de acesso a informação para toda a comunidade.

O Hospital, por ser um espaço que atende milhares de pessoas, tem um compromisso de universalizar atendimentos e acessos aos serviços que lhe cabe. A Biblioteca é uma parte deste hospital; ela faz parte do todo do hospital. Portanto, ela precisa ser pensada como um elemento fundamental da Instituição de Saúde, pois é nela que estão concentrados, não só a história e memória da Instituição, como acervos voltados à saúde humana. (BRASIL. Ministério da Saúde. Escola GHC, 2013)

Neste sentido, este trabalho pretende levantar reflexões sobre a acessibilidade à Biblioteca do Hospital Nossa Senhora da Conceição, buscando problematizar a situação atual de inacessibilidade às pessoas portadoras de necessidades físicas especiais e com movimentos reduzidos, as quais não podem visitar, nem usufruir deste espaço, por ausência de estruturas físicas como rampas, elevadores, corredores alargados entre as estantes, portas mais largas, mesas mais baixas, por exemplo. Esta realidade existe dentro de uma Instituição de Saúde, o que aprofunda a discussão e amplia-se o debate ético, já que pessoas portadoras de necessidades especiais habitam, sobremaneira, espaços de atendimentos à saúde e necessitam de atendimentos mais frequentes. Assim não muito longe temos a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 227 e 244, que determina o acesso adequado às pessoas portadoras de necessidades especiais, garantindo o direito de ir e vir de todos os cidadãos. Existem também leis Municipais e Estaduais que regulamentam este direito.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, (2004) acessível é “o espaço, edificação, mobiliário ou elemento que possa ser alcançado, visitado e utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência”.

Meu objetivo maior é de construir uma reflexão sensível acerca desta questão, tentando problematizar uma realidade que precisa ser transformada, para que faça jus ao sentido para a qual foi criada: espaço para todas as pessoas que desejarem fazer dela um espaço de informação, conhecimento e cultura. Neste relatório, desejo abordar este tema, reflexionando (uma reflexão mais ativa, preocupando-se em construir uma ação imediata) sobre quatro eixos que penso serem definidores:

- **A Contextualização do objeto de conhecimento que está sendo alvo de observação: a Biblioteca do Hospital Nossa Senhora da Conceição.** Neste eixo, pretendo trazer à luz uma parte do seu contexto, das suas estruturas atuais, do seu funcionamento;
- **O sujeito humano que está sendo pensado neste problema e a legislação que protege seus direitos.** Neste segundo eixo, desejo situar o sujeito portador de necessidades físicas especiais e a legislação existente focal sobre a questão da acessibilidade dos espaços públicos.
- **O entrelaçamento do objeto de estudos que está sendo problematizado e o acesso do sujeito que está sendo defendido em seu direito humano.** Este eixo pretende discutir as relações existentes entre uma estrutura que precisa existir para um sujeito que, por direito, deve ter acesso a ela.
- O quarto eixo remeterá à reflexões necessárias de serem feitas para que possa se avançar nesta problematização: **Reflexões imprescindíveis.**

Segundo Arendt (2009, p. 61) fica clara a importância da convivência com os demais colocando que: .ninguém visto isoladamente produz valores., daí a relevância da condição de convivência com os demais, tanto no processo de formação de identidade e aprendizagem quanto na personalidade. Esse contexto deve englobar a convivência na família, na escola, na comunidade, no trabalho e no campo da saúde, visando à participação e inclusão de todos.

## **2 UM DIREITO HUMANO INSPIRADOR: O DE IR E VIR ENTRE OS LIVROS**

A Conjuntura atual das políticas públicas encontra-se em permanente efervescência, porque trata das humanidades, dos cuidados com os seres humanos, das garantias dos direitos humanos, das dignidades de viver. Pensar Educação, Saúde, Habitação, Alimentação, Liberdades, Trabalho é

pensar a vida humana em sua complexidade. Por isso, o desafio de quem promove, cria, propõe políticas públicas e luta pelo seu cumprimento e legitimidade precisa estar sempre comprometido com a dignidade humana. E esta é uma luta permanente e infinita. Mazzotta (2006).

Um dos direitos mais discutidos nos últimos anos, e que tem ocupado, cada vez mais, espaços na mídia, nos campos políticos e nos campos de luta pelos direitos humanos é o direito à acessibilidade. O direito à acessibilidade que resguarda, ao portador de necessidades físicas especiais, de caráter de movimentos reduzidos, a ser incluído nos espaços físicos necessários a serem frequentados, por necessidades, desejos e interesses. Assim, escolas, postos de saúde, hospitais, vias públicas, bancos, por exemplo, são espaços que, cada vez mais, estão se reorganizando para incluir estes portadores, de maneira que, garanta o seu direito de ir e vir, embasados em legislações próprias e em princípios éticos.

Pagliuca et al. (2007) e Lamônica et al. (2008) apontam que, para avaliação das condições de acessibilidade, devem ser considerados o contexto, a missão, o compromisso com a comunidade e os aspectos políticos, sociais e financeiros. Nesta perspectiva, refleti sobre as dificuldades ao acesso, que barreiras físicas não são salutares, pois contribuem para o repensar de práticas e proposição de áreas, que podem favorecer a promoção de saúde e qualidade de vida destes indivíduos, favorecendo a convivência e transformando atitudes e comportamentos, interferindo nas relações interpessoais e nos comportamentos das pessoas.

Ao percorrer o Curso de Técnico de Registros e Informações em Saúde e visitar, várias vezes, a Biblioteca de nosso Hospital Nossa Senhora da Conceição, percebi que não há acessibilidade suficiente, de maneira que acolha e inclua os portadores de necessidades especiais físicas, de movimentos reduzidos. Desejo colocar que tenho um afeto especial pelo mundo do cuidado com os livros, com as memórias, com os registros, com as documentações, com os acervos. Tanto que optei por fazer este curso e também por cursar Arquivologia na UFRGS, onde encontro-me, empolgadamente e com sucesso, avançando já para o segundo ano desta graduação. Este cuidado com estas variações de memórias escritas leva-me sempre a pensar que, exatamente pelo valor histórico material e imaterial que todos estes produtos contém em si mesmos, por tanto valor que cada um carrega, é que eles devem ser, ao máximo, compartilhados, emprestados, lidos, manuseados, apropriados pela população. Sempre ao entrar em uma Biblioteca, observo, minuciosamente, suas estruturas e a quem servem. Assim aconteceu com a nossa, de nosso Hospital. E a preocupação em ter percebido algumas necessidades emergenciais é que inspiraram-me a realizar este relatório nesta direção temática. Perceber que uma Biblioteca com um acervo tão valoroso, existente em meio a tantas e tantas pessoas co-habitando e transitando, diariamente, pelos espaços hospitalares, não ter uma estrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades

especiais físicas com movimentos reduzidos, em uma unidade hospitalar, onde estas mesmas pessoas recorrem muito presentemente aos serviços de saúde me incomodou, a ponto de desejar discutir mais esta questão com minha orientadora, com meus colegas de curso, com quem lerá este trabalho também.

Entretanto, as leis estão disponíveis e devem ser incorporadas por todos visando à melhoria nas relações entre os deficientes e os não deficientes e o acesso a todo e qualquer lugar, se tomarmos como referência ao disposto por Mazzotta (2006), ao relatar que as dificuldades e limitações das condições de acesso aos bens e serviços sociais e culturais configuram uma das mais perversas condições de privação da liberdade e da equidade nas relações sociais que são fundamentais para o ser humano.

Figura 1 - Acesso à Biblioteca.



Fonte: Foto do autor, 22/11/2013.

Figura 2 – Estante de livros.



Fonte: Foto do autor, 22/11/2013.

Neste trabalho, desejo focar a atenção sobre o problema em si, ou seja, da não acessibilidade a uma Biblioteca situada dentro de uma unidade de saúde, a qual deve ter preocupação mais ampliada neste sentido, a meu ver. Não aprofundarei outras questões de entornos, porque desejo me debruçar nesta questão em especial: para além de uma preocupação individual, compartilhar, com outras pessoas, o desejo de levantar alternativas viáveis que auxiliem na problematização desta questão, toda vez que ela emergir no seio da Escola GHC ou do próprio hospital. Porque que ir e vir entre os livros, entre acervos e documentações, registros, jornais, revistas, memórias escritas é um dos direitos humanos que mais me encanta: o direito à educação, à cultura, à informação, ao letramento, ao conhecimento.

### **3 DE UMA BIBLIOTECA A UMA BIBLIOTECA ACESSÍVEL**

#### **A Contextualização do objeto de conhecimento que está sendo alvo de observação: a Biblioteca do Hospital Nossa Senhora da Conceição**

Neste eixo, pretendo trazer, à luz, parte do contexto da Biblioteca do Hospital Nossa Senhora da Conceição, das suas estruturas atuais, do seu funcionamento, para que conheçamos o quanto ela tem de potencial. Antes, é importante colocar parte do contexto do Grupo Hospitalar Conceição, para compreendermos melhor onde está inserida a referida biblioteca.

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é formado pelo Hospital da Criança Conceição (HCC), Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC) (fundado em 1960), Cristo Redentor (HCR) (com fundação em 1956) e Hospital Fêmea (HF) (fundado em 1955 e incluído ao GHC em 1973), doze postos de Saúde Comunitária, três centros de atenção Psicossocial (CAPS) e pelo Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde - Escola GHC e, mais recentemente, pela Unidade de Pronto atendimento (UPA). Vinculado ao Ministério da Saúde, está localizado na cidade de Porto Alegre. (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC, 2013). O Grupo Hospitalar Conceição é referência no atendimento do SUS. Para entender um pouco mais sobre o GHC, pode-se dizer que ele é reconhecido nacionalmente e forma a maior rede pública de hospitais do Sul do país, com atendimento 100% SUS. Tem uma oferta de 1.564 leitos e, trabalha com o conceito de acolhimento do Sistema Manchester de Classificação de Risco, humanização e integralidade. O GHC conta com uma equipe de 7.913 profissionais, e também é responsável pela internação de 59,9 mil usuários por ano, atende cerca de 2,2 milhões de consultas e outras 36,1 mil cirurgias anuais (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC, 2013).

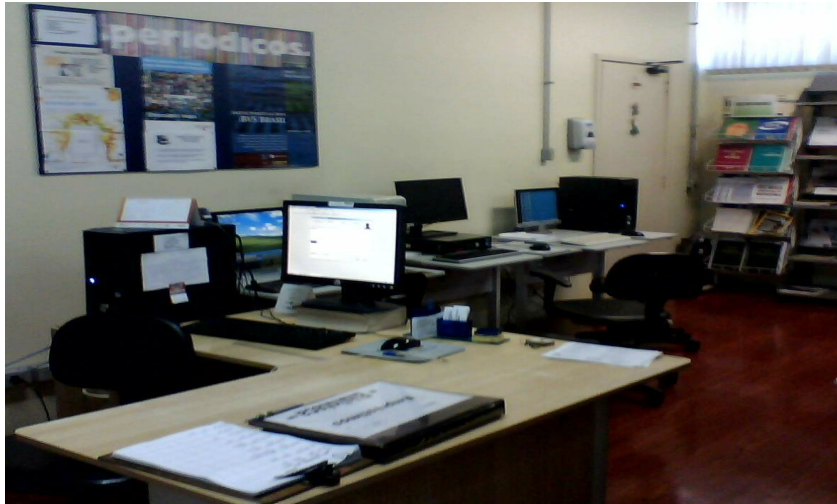
O HNSC está localizado na Rua Francisco Trein, nº 596, no bairro Cristo Redentor. Possui a maior emergência do sul do país. Atualmente, atende em média 800 pacientes por dia. Cerca de 50% dos usuários são da cidade de Porto Alegre, 40% da região metropolitana e 10% do interior do estado. São atendidas clínica médica, clínica cirúrgica, clínica ginecológica e também odontológica (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC, 2013).

Ela é organizada e atendida por 2 bibliotecários e uma equipe, de 3 pessoas que se alternam, contando ainda com um bolsista. As atividades técnicas desenvolvidas vão desde planejamentos estratégicos, treinamentos, cursos, reuniões, a produções de jornal mensal, participações em redes, catalogação de materiais, orientações para pesquisas e normas técnicas, aquisições de obras, levantamentos bibliográficos, informatizações, saraus culturais, revisões e orientações para referências bibliográficas, orientações de usuários, empréstimos das obras, registros de materiais, indexação catalográfica on line, ordenção e guarda dos materiais nas estantes, estatísticas, agendamentos de atividades, preparo de materiais para treinamentos, localizações de referências, empréstimos, empréstimos domiciliares, entre tantas outras atividades. A Biblioteca também é integrante da Rede ColecionaSus, do Ministério da Saúde, onde disponibiliza os trabalhos de doutorado, mestrado, especialização e de conclusão da equipe funcional e dos alunos dos cursos da Escola GHC. BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. CEDOC, 2013.

Para termos uma noção mínima do quanto esta Biblioteca tem uma função social sendo construída, é importante colocar que, entre livros, periódicos, vídeos, DVD's, CD's, CD-Room, jornais e revistas, obras clássicas, dicionários, enciclopédias, assinaturas eletrônicas (Internet) em torno de 8.200 exemplares, sendo que entre os livros, os campos de conhecimentos mais variados como Administração, Anatomia, Anestesia, Ética/Bioética, Bioquímica, Cardiologia, Cirurgia, Dermatologia, Economia, Educação, Endocrinologia, Enfermagem, Filosofia, Fonoaudiologia, Geriatria, Saúde Pública e tantos outros compõem o acervo bibliográfico. Cabe apresentar um dado relevante: de janeiro a outubro de 2013, o número de pessoas atendidas foi de 13.062 pessoas, segundo o inventário concedido pela equipe, para este estudo. (BRASIL. Ministério da Saúde. Escola GHC. Biblioteca, 2013).

Figura 3: Acesso à pesquisa (internet)

Fonte: Foto do autor, 22/11/2013.



Segundo Briquet Lemos (2005), para se ter uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja cinco pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, uma comunidade de usuários, efetivos e potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Figura 4 - Sala de Estudos



Fonte: Foto do autor, 22/11/2013.

Figura 5 – Cabine de Estudos



Fonte: Foto do autor, 22/11/2013.

Como elemento instigador, vale colocar já neste eixo de reflexão sobre o objeto de conhecimento a ser observado, o quanto existe de possibilidade para se rever a sua universalização de função social, incluindo, de fato, mais pessoas, e neste caso, os portadores de necessidades especiais, e de movimentos reduzidos. Uma biblioteca que encontra-se dentro de uma unidade de saúde não precisaria estar pensando sobre a construção de estruturas que possibilitem a todos e todas a acessibilidade a ela?

Segundo a Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, são garantidas as políticas de igualdade para deficientes, no Brasil, que destaca a acessibilidade como uma questão de direito ao cidadão bem como assegurar a todas as pessoas as condições para o exercício da cidadania e autonomia.

#### **4 PARA QUEM ESTA BIBLIOTECA ACESSÍVEL?**

**O sujeito humano que está sendo pensado neste problema e a legislação que protege seus direitos.**

Neste segundo eixo, desejo situar o sujeito portador de necessidades físicas especiais e a legislação existente focada sobre a questão da acessibilidade dos espaços públicos.

O decreto federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 estabelece critérios de promoção à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades físicas especiais, e traz em seu artigo 5º o conceito de necessidades físicas especiais da seguinte maneira: deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

O mesmo decreto federal 5.296, no artigo 24 assegura que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Ainda Sasaki (1993, p.35) classifica "Acessibilidade" como "o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com necessidades especiais, a fim de que estas possam assumir seus papéis na sociedade".

O sujeito de quem estou me referindo, então, que deve ser incluído, é um sujeito cidadão, pleno de direitos e deveres como todos os cidadãos do mundo, com garantias legais acerca de seus direitos humanos, amparado pela Constituição Federal, e que porta necessidades especiais físicas por uma condição biológica ou de circunstância de vida, necessitando, portanto, de condições estruturais físicas e materiais que lhe garantam condições de dignidade mínima para viver com qualidade. Este é o sujeito de quem o texto se refere. E que, portanto, é um sujeito que também deseja ter acesso à cultura e ao conhecimento. Devido aos acompanhamentos médicos que precisa realizar, frequenta seguidamente postos de saúde, hospitais e unidades médicas. Circula nestes espaços com frequência. Também os pacientes com movimentos reduzidos no próprio hospital desejam ter acesso a espaços mais culturais da unidade.

Assim, cabe refletir: uma Biblioteca que não tem estruturas para acolher estas pessoas é uma biblioteca inclusiva?

## **5 AS BIBLIOTECAS E AS PESSOAS**

**O entrelaçamento do objeto de estudos que está sendo problematizado e o acesso do sujeito que está sendo defendido em seu direito humano**

Este eixo pretende problematizar as relações existentes entre uma estrutura que precisa existir para um sujeito que, por direito, deve ter acesso a ela.

O Prédio da Biblioteca de nosso Hospital Nossa Senhora da Conceição não tem rampas. Não tem elevador. Não tem corredores alargados. Não tem mesas mais baixas. Não tem mínima estrutura para acolher portadores de necessidades especiais físicas ou de movimentos reduzidos. Mas tem quase 10.000 livros, tem equipe qualificada, tem espírito de partilha porque diariamente empresta, ensina, pesquisa, treina, reparte o capital cultural com dezenas de pessoas. Se ela existe, deve existir para todas as pessoas. Porque as pessoas existem para todos os livros do mundo que caibam em suas vidas, que chegam em suas mãos.

Se ela existe, deve incluir todos e, não pode servir a uma parcela da população - os ditos "normais", "perfeitos".(ABNT NBR 9050, 2004)

Há uma biblioteca. Existem, certamente, dezenas de pessoas que não a conhecem. Que não sabem nem de sua existência. Que sabem, mas não podem ir lá. Que sabem, mas mesmo que queiram, não entrarão lá, porque não tem por onde. (BRASIL. Ministério da Saúde. Escola GHC. Biblioteca, 2013).

Cabe refletir: neste mundo em que vivemos, onde temos lutado tanto pela dignidade humana, onde lutamos diariamente para que nossos direitos sejam respeitados, temos lutado suficientemente para que todos tenham acesso a todos os seus direitos? Lutamos mais pelos nossos ou lutamos por todos em pé de igualdade? Lutamos pelos portadores? Até quanto? Com que intensidade?

## **6 REFLEXÕES IMPRESCINDÍVEIS**

Desejo fazer algumas reflexões neste eixo, que penso serem necessárias, para que se possa avançar nesta problematização e se pensar algumas alternativas.

Uma das questões que me vem é o conjunto de legislação que usufruímos hoje, para defender direitos nossos, dos mais distintos possíveis, numa gama de variações enorme. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 até nossa Constituição Federal de 1988 e os seus Decretos e Ementas, que não são poucas, temos experimentado, como pessoas, legislações legais e/ou éticas de organizarem nossas convivências e defenderem nossas dignidades. Dentre tantas lutas, a liberdade de ir e vir, garante que o sujeito se sinta pleno, autônomo. Um cadeirante, por exemplo, precisa ter assegurado sua liberdade de ir e vir. E a legislação garante esta questão. Se sabemos de tudo isso, por que aceitamos maneiras diferentes de nos organizarmos? Ou por que não nos organizamos? Por que não lutamos o suficiente para criarmos o movimento que transforma uma

realidade dessa? Quais os argumentos que utilizamos? Por que não lembramos que se temos a sorte ou as circunstâncias de vida mais favoráveis dos que outras pessoas, por que não podemos fazer disso um instrumento de luta a favor de quem tem menos, de quem tem mais dificuldades, de quem precisa mais? Como podemos transformar as realidades Como poderemos gerar novas culturas? Como poderemos gerar novas realidades?

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desejo colocar meu relatório em um lugar propositivo, que é sempre o lugar saudável do pensamento crítico.

Penso que nossa Biblioteca tem potência para ser reorganizada, no sentido da inclusão de que estamos tratando. Possui um acervo rico e variado, uma equipe qualificada e faz parte de uma Instituição que tem como fundamento maior o cuidado com o humano. Portanto, tem todas as condições para realizar um olhar reflexivo sobre esta questão levantada neste trabalho.

Eu desejaria reflexionar a possibilidade de ser construído:

- um estudo profundo e contínuo, com técnicos e especialistas, que pudessem avaliar a situação do prédio, de maneira que elaborassem, definitivamente, uma posição das condições de rampa ou elevador, ou em caso de nenhuma condição, que possibilidades existiria para o problema;
- uma preocupação mais concreta da gestão do hospital, e que pudesse ser solicitado, ao grupo gestor, reuniões de estudos para pensar este tema-problema;
- que a equipe atual da biblioteca pudesse, por meio de um plano estratégico, tensionar os gestores, para obter resultados e respostas mais concretas quanto a esta questão;
- que fossem levantados depoimentos de pessoas portadoras de necessidades especiais físicas que não tem acesso à Biblioteca e estes depoimentos pudessem ser publicizados;
- que a equipe da biblioteca pudesse estar realizando pesquisas neste sentido, bem como produções de ensaios e artigos que pudessem ser publicados e compartilhada esta preocupação com outros centros e unidades;
- na impossibilidade de reestruturar o prédio, constituir uma campanha, no sentido de viabilizar um espaço possível acolher a biblioteca, nestas condições de inclusão;
- na impossibilidade de tudo isso, poderia ser construído um terminal da biblioteca, em uma sala bem central e bem localizada dentro do hospital, com acesso digital, on-line, dos programas e acervos da biblioteca, para os casos de que estamos nos referindo;

- Busca de outras experiências similares, para compartilhamentos e para socialização de como outras comunidades superaram estes problemas.
- Construção de um projeto que envolva toda a comunidade do hospital para se engajar, neste sentido, e realizar ações bem concretas, que possam minimizar este problema.

Estas são algumas possibilidades que venho levantando, desde que percebi o problema que está colocado, e que, como estudante que usufruiu da Escola e de toda a sua qualificação, no mínimo, precisa devolver, de alguma maneira, de alguma forma propositiva, parte do que ali aprendeu. Sinto-me com esta responsabilidade. E acredito que esta realidade pode mudar. Que outra realidade pode ser gerada. Porque nós geramos as realidades que vivemos.

"Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo  
. Todos nós sabemos alguma coisa.  
Por isso, aprendemos sempre."  
(Paulo Freire, 1989)

## REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004. 97 p.  
Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)>.  
Acesso em: 12 dez. 2013.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 out. 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde.GHC. **Escola GHC**. Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. **Manual para elaboração de relatório técnico-científico**. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2011.

BRASÍL. Decreto nº. 5.296, de 2 de Dezembro de 2004. que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 4 out. 1988. Seção 1, p.

BRASIL, Lei n.º 7.405, De 12 De Novembro. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília. 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: e três artigos que se contemplam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 101-119.

MAZZOTTA, M. J. S. **Acessibilidade e indignação por sua falta**. I Conferência Nacional dos direitos da pessoa com deficiência -Acessibilidade: você também tem compromisso.Promovida pela SEDH/ CONADE e CORDE, Brasília, 2006.

PAGLIUCA L. M. F. et al. **Acessibilidade e deficiência física**: Identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Cear. Rev. Esc. Enferm. v. 41, n.4, p.581-588, 2007

SASSAKI, R. K. **Preconceito, discriminação, estigma e estereótipo em relação as pessoas portadoras de deficiência**. Texto mimeografado. 1993.